



CONECTIVIDADE E ACESSO: DESAFIOS ENFRENTADOS POR ALUNOS DE ZONAS RURAIS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

BÁRBARA MARTINS PARREIRA; EDINALVA DIAS DE SOUZA ROCHA; FABIANA RIBEIRO DA SILVA; REGINA CÉLIA DA SILVA LEITE; VALDIR FIRMINO DE SOUZA

RESUMO

Com os avanços tecnológicos diversos setores inovaram, como a educação, proporcionando que professores e alunos possam usufruir da educação à distância, a qual tem desempenhado um papel fundamental na ampliação do acesso ao ensino formal do Brasil, especialmente em áreas de difícil acesso, como a zona rural. Contudo, a desigualdade digital ainda é um grande obstáculo para que os estudantes do campo consigam participar com equidade das atividades pedagógicas propostas nesse modelo educacional. Este trabalho tem como objetivo analisar os principais desafios relacionados à conectividade e ao acesso às tecnologias enfrentadas por estudantes da zona rural brasileira na Educação a distância. Para isso foram realizadas pesquisas de caráter exploratório e descritivo, fundamentadas em revisão bibliográfica atualizada. Os resultados obtidos nos relatórios governamentais e dados estatísticos extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023) demonstram que embora tenha havido avanços nos domicílios rurais com acesso à internet, ainda persiste desigualdade significativa no que se refere à qualidade da conexão e à disponibilidade de equipamentos adequados e suporte pedagógico oferecido pelas instituições. A ausência de políticas públicas e a carência de docentes específicos(as) para contexto rural agravam esse cenário. Além disso, as dificuldades enfrentadas pelos estudantes não se limitam apenas ao acesso tecnológico, envolvem também aspectos socioeconômicos e estruturais, como falta de ambiente adequado para estudos. Diante disso, para que os alunos da zona rural superem essa dificuldade, é necessária a intervenção articulada entre o governo, instituições de ensino e a sociedade civil, com foco na justiça social, na valorização dos sujeitos do campo e na garantia de uma educação de qualidade, acessível e inclusiva.

Palavras-chave: Desigualdade digital; Educação do campo; Equidade educacional.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a Educação a distância tem se consolidado como uma ferramenta para ampliar o acesso à educação formal no Brasil, especialmente em regiões da zona rural. A popularização da internet, o avanço das tecnologias de informação e comunicação e o surgimento de plataformas virtuais de aprendizagem, possibilitam novas formas de ensino, rompendo barreiras físicas e oferecendo flexibilidade para os alunos. No entanto, a desigualdade no acesso a essas ferramentas tecnológicas representa um dos maiores desafios para a consolidação da educação a distância.

De acordo com os relatórios disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, no ano de 2023, aproximadamente 81,0% dos domicílios rurais possuem acesso à internet, número significativamente inferior aos 94,1% observados em áreas urbanas. Essa disparidade revela o impacto da exclusão digital. Além disso, os estudantes dependem de conexões instáveis e muitas vezes utilizam pacotes de dados limitados, dispositivos inadequados, como aparelhos de tela pequena e baixa capacidade de processamento,

comprometendo assim a participação ativa em ambientes virtuais de aprendizagem, prejudicando o rendimento acadêmico e em muitos casos, contribuindo para a evasão escolar.

Diante disso, torna-se essencial averiguar as dificuldades enfrentadas por alunos do campo, no contexto da educação à distância, a fim de propor estratégias que promovam a igualdade digital e educacional. Desta forma, o presente trabalho tem como finalidade analisar os principais desafios enfrentados pelos alunos quanto à conectividade e acesso a educação a distância no Brasil, destacando seus impactos no processo de ensino e aprendizagem e a importância de políticas públicas voltadas para a inclusão digital.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, cujo objetivo é compreender as desigualdades digitais enfrentadas por alunos residentes em áreas rurais durante a realização de atividades na modalidade de ensino à distância. A metodologia adotada fundamenta-se na pesquisa documental, conforme definida por Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), que envolve o exame sistemático de documentos previamente elaborados, como livros, artigos científicos, relatórios técnicos, documentos institucionais e dados estatísticos. Esse material foi utilizado para reunir, analisar e interpretar informações relacionadas à conectividade, inclusão digital e práticas pedagógicas voltadas para o contexto rural. Foram priorizadas publicações institucionais, como relatórios governamentais, pesquisas de órgãos oficiais como o IBGE e artigos científicos. Os critérios de inclusão envolveram atualidade das fontes, a credibilidade das instituições emissoras e pertinência ao objeto de estudo, especialmente no que tange à conectividade, à inclusão digital, às políticas públicas e à realidade educacional rural.

A análise dos dados seguiu os princípios que possibilitaram a categorização das informações em quatro eixos principais: infraestrutura de conectividade, acesso a dispositivos tecnológicos, limitações pedagógicas e políticas públicas de suporte. Essa abordagem permitiu uma compreensão ampliada dos fatores que influenciam diretamente a falta de acesso digital e os efeitos dessa realidade na permanência e no rendimento dos estudantes da Educação a distância.

Do ponto de vista teórico, o trabalho é sustentado pela visão de Pierre Lévy (1999), que destaca que a exclusão digital não se limita à ausência de acesso tecnológico, mas envolve também aspectos sociais e culturais. Segundo o autor, “a exclusão digital não é apenas uma questão técnica, mas sobretudo social e cultural, pois impede que indivíduos participem plenamente das práticas e linguagens da cibercultura”. A partir dessa perspectiva, o estudo reconhece que a superação das desigualdades digitais exige não apenas a ampliação da infraestrutura tecnológica, mas também ações educacionais e políticas públicas que promovam a inclusão digital de forma equitativa e sustentável.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ensino remoto vem ganhando grande notoriedade, pois possui diversos benefícios, como a possibilidade de flexibilidade de horários e o acesso a recursos educacionais diversificados. Contudo, diversas regiões rurais brasileiras ainda revelam um quadro contraditório. Os estudantes da zona rural brasileira enfrentam diversos desafios no contexto de Educação a distância, a exclusão digital nessas regiões é agravada ainda mais por fatores estruturais, socioeconômicos e pedagógicos que limitam significativamente o direito à aprendizagem plena. Dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023) demonstram que embora o número de domicílios com acesso em áreas rurais tenha aumentado, a maioria dessas conexões ainda se dão por meio de redes móveis precárias, instáveis e com baixa velocidade de transmissão.

Além da falta de infraestrutura tecnológica, é possível observar a escassez de políticas

públicas voltadas para a inclusão digital no campo, comprometendo assim a igualdade no acesso à educação, visto que esse direito está garantido da Carta Magna brasileira. Desta forma, é perceptível que as instituições de ensino nem sempre estão preparadas para lidar com as especificidades de ensino dos estudantes rurais, deixando de oferecer suporte pedagógico adequado. Nesse sentido, Freire (1996) já alertava que “A educação tem um sentido quando ajuda o educando a pensar certo, sobre si mesmo, sobre sua responsabilidade com o mundo, sobre sua vocação de ser mais. Para isso, é indispensável que os processos formativos considerem o contexto de vida do estudante, valorizando seu território e suas dificuldades concretas”.

É importante mencionar que já existem programas governamentais em vigência, que realizam a distribuição de Wi-Fi de forma gratuita, como o Programa Wi-Fi Brasil que, embora tenha grande relevância, ainda apresenta limitações em termos de cobertura, não abrangendo as famílias situadas na zona rural. Conforme destacado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2020), garantir acesso à internet é apenas o primeiro passo, pois é necessário também promover a alfabetização digital.

Além disso, a exclusão digital impacta também dimensões emocionais e sociais, pois a ausência de dispositivos adequados, o compartilhamento de equipamentos entre membros da mesma família, falta de ambientes apropriados para o estudo e a sobrecarga de atividades cotidianas dificultam a permanência e desempenho dos estudantes na educação a distância. Isso gera sentimento de isolamento, frustração e invisibilidade no processo educativo, que pode contribuir para evasão e abandono escolar.

Desta forma, é possível observar que os desafios da Educação a distância no meio rural são complexos e exigem respostas igualmente integradas. Tais barreiras requerem superação e é necessária a realização de políticas públicas para que esses estudantes tenham visibilidade e seu direito à educação reconhecido, além do direito à dignidade, à participação e à transformação social, fazendo jus ao disposto no artigo 205 da Constituição Federal (1988), onde estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

4 CONCLUSÃO

Diante do exposto, verifica-se que os desafios enfrentados pelos estudantes da zona rural no contexto da Educação a Distância são multifacetados e profundamente enraizados em desigualdades históricas. Tais dificuldades não se limitam ao acesso à internet, mas abrangem questões estruturais, pedagógicas e sociais que afetam diretamente o direito à aprendizagem, comprometendo a permanência e o desempenho escolar desses alunos.

Apesar da existência de programas governamentais, como o Programa Wi-Fi Brasil, que busca ampliar o acesso gratuito à internet, suas limitações de cobertura e alcance revelam a necessidade de políticas públicas mais eficazes e direcionadas às especificidades do campo. Além da conectividade, é imprescindível que haja formação digital, materiais pedagógicos contextualizados e estratégias de ensino que respeitem o modo de vida e as particularidades desses estudantes. Como ressalta Freire (1996), a educação só cumpre sua função libertadora quando reconhece o sujeito em sua totalidade, incluindo seu território e suas vivências.

A exclusão digital também impacta dimensões emocionais, gerando sentimento de frustração, isolamento e desmotivação, fatores que contribuem para o abandono escolar e agravam a vulnerabilidade social no campo. Nesse sentido, é fundamental lembrar que, conforme o artigo 205 da Constituição Federal, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida com a colaboração da sociedade para garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Conclui-se, portanto, que enfrentar os desafios da Educação à distância na zona rural exige ações intersetoriais, investimentos contínuos e compromisso político. Somente com medidas integradas que articulem infraestrutura tecnológica, formação docente, valorização do contexto local e inclusão social, será possível garantir o acesso igualitário à educação, promovendo a justiça social e a dignidade humana no campo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. R.; NASCIMENTO, M. J. Educação a distância e conectividade no campo: análise das políticas públicas de inclusão digital. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 28, e280045, 2023.

BRASIL. Art. 205 da Constituição Federal de 1988. JusBrasil. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/1241734/artigo-205-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 2 jul. 2025.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas escolas brasileiras – TIC Educação 2023. São Paulo: CGI.br, 19 nov. 2024. Disponível em: <https://www.cgi.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nas-escolas-brasileiras-tic-educacao-2023/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 57. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

IBGE. Informações atualizadas sobre Tecnologias da Informação e Comunicação. Educa IBGE, 2023. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21581-informacoes-atualizadas-sobre-tecnologias-da-informacao-e-comunicacao.html>. Acesso em: 30 jun. 2025.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SILVA, C. M. B.; FREITAS, R. M. Exclusão digital e seus impactos na permanência de estudantes da zona rural em cursos EaD. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 39, e244567, 2023.

VOZES PEDAGÓGICAS. Desafios do ensino remoto em áreas rurais: superando barreiras na educação acessível. *Vozes Pedagógicas*, s. l., n. d. Disponível em: <https://vozespedagogicas.com.br/desafios-do-ensino-remoto-em-areas-rurais-superando-barreiras-na-educacao-acessivel/>. Acesso em: 02 jul. 2025.